

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf **MAURILIO LUCIO DA SILVA JUNIOR**

**As definições de conceitos e de fundamentos
das Operações de Ajuda Humanitária a partir do
estudo das Operações Acolhida e Petrópolis.**



Rio de Janeiro

2022

Maj Inf **MAURILIO LUCIO DA SILVA JUNIOR**

**As definições de conceitos e de fundamentos das
Operações de Ajuda Humanitária a partir do estudo das
Operações Acolhida e Petrópolis**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Comando e Estado-Maior do
Exército, como requisito parcial para a obtenção
do título de Especialista em Ciências Militares,
com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Maj Art **FELIPE GALVÃO FRANCO HONORATO**

Rio de Janeiro

2022

S586d Silva Junior, Maurilio Lucio da.
As definições de conceitos e de fundamentos das Operações de ajuda humanitária a partir do estudo das operações Acolhida e Petrópolis / Maurilio Lucio da Silva Junior. — 2022.
50 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Felipe Galvão Franco Honorato
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.
Bibliografia: f. 49-50

1. Ajuda humanitária. 2. Operação Acolhida. 3. Operação Petrópolis. I. Título.

CDD 355.4

MAJ Inf **MAURILIO LUCIO DA SILVA JUNIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em ___ de novembro de 2022.

COMISSÃO AVALIADORA

Felipe Galvão Franco Honorato – Maj Art - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Fábio de Souza e Silva- Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Daniel Ramos Lemos – Maj Eng - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

DEDICATÓRIA

À Amanda, Miguel e Milena, meu eterno amor e gratidão pela fortaleza demonstrada frente aos sacrifícios advindos do apoio incondicional a mim devotado durante a execução deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus.

Agradeço minha amada esposa Amanda, não somente por ser a luz em minha vida, mas também por ser um exemplo de dedicação e profissionalismo que me inspirou em cada linha deste trabalho. Meus adorados filhos Miguel e Milena pela compreensão nos momentos em que me ausentei e isolei em prol da pesquisa e reflexão. Vocês são a razão de cada passo tomado em minha existência.

Gratulo meu orientador do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais: Cap Alevato, com quem tanto aprendi sobre métodos de pesquisa e sobre os meandros do emprego do Batalhão de Infantaria.

Por fim, agradeço a cortesia e profissionalismo com o qual fui tratado pelo meu contemporâneo e orientador deste Trabalho, MAJ FELIPE HONORATO, pela atenção e acuidade na jornada e principalmente pela orientação segura quanto à Doutrina Militar Terrestre e a importância da produção de conhecimento para o aperfeiçoamento constante da Força.

RESUMO

A sociedade tem demandado, de forma crescente, que suas Forças Armadas, como parte da estrutura do Estado execute ações que tenham como objetivo mitigar o sofrimento das pessoas face a situações de catástrofe e emergências humanitárias. Fatores como mudanças climáticas, a ocupação de áreas de risco e a eclosão de conflitos armados têm aumentado a ocorrência de situações causadoras de emergências humanitárias, em todo o mundo. Neste contexto, avulta de importância, para o Exército Brasileiro, o desenvolvimento dos fatores determinantes de capacidades para atender essa demanda social. O presente trabalho teve como objetivo identificar conceitos, fundamentos e formas de manobra nas Operações Petrópolis e Acolhida, considerando-as como Operações de Ajuda Humanitária. O estudo abordou de forma sucinta a crise política e econômica venezuelana que teve início no final do século passado e se agravou em meados da década de 2010, gerando uma onda de refugiados para o Brasil. O Estado Brasileiro, em 2018, por meio do Ministério da Defesa, criou a Operação Acolhida, na forma de FT Log, que acolheu, abrigou e interiorizou milhares de venezuelanos. Do estudo da Operação Petrópolis, executada em fevereiro de 2022, viu-se o emprego da 4ª Bda Inf L Mth para realizar uma operação de ajuda humanitária na forma de uma operação de busca e salvamento para mitigar o sofrimento da população atingida pelas fortes chuvas e desmoronamentos na região serrana do Rio de Janeiro-Rj. Foi verificada, ainda, junto à doutrina disponível, a possibilidade de empregara o Exército Brasileiro em operações de ajuda humanitária fora do território nacional. Foram depreendidas as duas formas de manobra e três fundamentos das operações em pauta, contribuindo para o aprimoramento da doutrina do Exército Brasileiro e a ampliação de suas capacidades.

Palavras-Chave: Ajuda Humanitária, Operação Acolhida e Operação Petrópolis.

ABSTRACT

Society is demanding, in a crescent way, that armed forces, as part of government, to carry on actions aiming to mitigate the suffering of the people facing events of catastrophe and humanitarian emergency. Conditions as climate changing, the occupation of high-risk areas and the emerging of armed conflicts all around the world is arising factors that contribute to the occurring humanitarian emergencies, especially in Brazil. In this context, it is important to the Brazilian Army to develop the determining characteristics of capabilities, in order to fulfill those social demands. This research aimed to identify de definition of fundamentals and forms of maneuver based on the study of Operation Acolhida and Operation Petrópolis. Considering them as Humanitarian Aid Operations. This research described, briefly, the political and economical crisis in Venezuela, that has started at the end of last century and is getting worst since the middle of the decade of 2010, creating a wave of refugees to Brazil. Brazilian government unfolded Operation Acolhida, in the form of a Logistic Task Force, in 2018 that has received, sheltered, feed interiorized other parts of territory thousands of Venezuelan refugees. From studding Operation Petrópolis, that took place in February 2022, was seen the deployment of the 4th Mountain Light Infantry Brigade in a Search and Recue Operation, in order to mitigate the suffering of the people hit by heavy rains and land slides that happened on the mountains of Rio de Janeiro. It was shown, under the current doctrine, the possibility to employ the Brazilian Army, in humanitarian aid operations, in foreign lands. Three fundamentals and two forms of maneuver were inferred out of this research, contributing to improve Brazilian Army doctrine increasing the spectre of its capabilities.

Keywords: Humanitarian aid, Operation Acolhida, Operation Petrópolis

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	—	Produção de petróleo na Venezuela.....	24
Quadro 2	—	Número de migrantes venezuelanos na América Latina.....	25
Quadro 3	—	Estrutura Militar para a emergência humanitária.....	29
Quadro 4	—	Número médio de abrigados por mês.....	31
Quadro 5	—	Danos materiais e prejuízos por mesorregião.....	35
Quadro 6	—	Danos e prejuízos com chuvas intensas distribuídos mensalmente.....	35
Quadro 7	—	Desenho Operacional F Ap Def Civ-Op Petrópolis.....	38
Quadro 8	—	Ações realizadas pela F Ap Def Civ-Op Petrópolis.....	39
Quadro 9	—	Emprego do EB em Operações Humanitárias no Exterior.....	42

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Bda Inf L Mth	Brigada de Infantaria Leve de Montanha
C Cj L	Comando Conjunto Leste
C Dout Ex	Centro de Doutrina do Exército
CEMCFA	Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
CEPED UFSC	Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil – Universidade Federal de Santa Catarina
Cmdo	Comando
DRI	Destacamento de Resposta Imediata
EB	Exército Brasileiro
EMCFA	Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
EME	Estado Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
FAB	Força Aérea Brasileira
FAPEU	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
FT Log Hum – RR	Força Tarefa Logística Humanitária para Roraima
IDESF	Instituto de Desenvolvimento Econômico de Fronteiras
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NCD	Nota de Coordenação Doutrinária
OND	Objetivo Nacional de Defesa
ONG	Organização não governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Posto de Atendimento Avançado
PDVSA	Petróleo da Venezuela S.A.
PND	Política Nacional de Defesa
PPCOT	Processo de planejamento e condução das operações terrestres

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	O PROBLEMA.....	15
1.2	OBJETIVO.....	16
1.2.1	Objetivo geral.....	16
1.2.2	Objetivos específicos.....	16
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	16
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	17
2	METODOLOGIA.....	18
2.1	TIPO DE PESQUISA.....	18
2.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	18
2.3	COLETA DE DADOS.....	18
2.4	TRATAMENTO DOS DADOS.....	19
2.5	LIMITAÇÃO DO MÉTODO.....	19
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
4	A OPERAÇÃO ACOLHIDA.....	23
4.1	A CRISE VENEZUELANA.....	24
4.2	ONDA MIGRATÓRIA DE VENEZUELANOS PARA O BRASIL.....	26
4.3	CONCEITO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA.....	27
4.4	CONCLUSÃO PARCIAL.....	32
5	OPERAÇÃO PETRÓPOLIS.....	34
5.1	AS CATÁSTROFES NATURAIS NO BRASIL.....	34
5.2	O DESASTRE NATURAL EM PETRÓPOLIS.....	36
5.3	CONCLUSÃO PARCIAL.....	40
6	POSSIBILIDADE DE EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE EM OPERAÇÕES DE AJUDA HUMANITÁRIA FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL.....	42
6.1	CONCLUSÃO PARCIAL.....	44
7	CONCLUSÃO.....	45
	REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Operações de ajuda humanitária são ações desencadeadas em ambientes operacionais que envolvem risco iminente, um alto nível de incerteza e, via de regra, impõem uma grande quantidade de esgotamento físico, mental e psicológico, grande desdobramento de meios, ação de comando, coordenação, planejamento detalhado e missões continuadas. Considerado os aspectos citados, tais operações se assemelham às de combate, tornando as Forças Armadas as peças disponíveis para o Estado, mais adequadas para encabeçar as ações, coordenando as demais agências essenciais para o sucesso do empreendimento.

As operações de ajuda humanitária têm ganhado importância no contexto internacional, principalmente para a opinião pública. Tal importância advém do pensamento corrente de que os conflitos entre países podem ser resolvidos pela via pacífica, principalmente por meio da mediação de organismos internacionais, o que antagoniza com o papel clássico das Forças Armadas de uso da força para imposição de poder do Estado. Com isso, cresce a relevância de funções outrora tidas como subsidiárias, com grande destaque para a ajuda humanitária e alívio de desastres naturais.

O século XXI apresenta uma grande quantidade de desafios desta natureza. A ocupação de áreas antes inabitadas do planeta e mudanças climáticas aumentam a frequência e a gravidade de desastres naturais com exposição humana. A preocupação com a emissão de gases do efeito estufa e a preservação das florestas envolveram as ações de combate aos incêndios naturais em uma solene urgência, gerando efeitos na soberania das nações. Conflitos armados e crises democráticas criaram enormes fluxos de migrantes, deslocados e refugiados. Epidemias e até pandemias urgem pelo desdobramento de hospitais de campanha e deslocamento de pessoal capacitado e insumos médicos para áreas remotas, exigindo um enorme nível de prontidão e manutenção de um extenso leque de capacidades dos Estados Nacionais.

Grandes Exércitos, como o Exército de Libertação Popular (China) e o Exército dos Estados Unidos da América, têm desempenhado missões no campo humanitário, não somente em seus territórios, mas ao redor do globo. Tais missões,

além do fundamental alívio e manutenção de condições mínimas de existência para populações em situação de vulnerabilidade, trazem diversos reflexos para as Forças Armadas e seus respectivos Estados.

De forma semelhante, o Exército Brasileiro tem conquistado papel de destaque em ações no território nacional que abarcam desde o gerenciamento de crises migratórias até o combate a catástrofes ambientais.

A crise política, social e econômica por qual a Venezuela vem passando desde o início do século intensificou-se na segunda metade da década de 2010. Milhares de venezuelanos saíram de sua terra natal em busca de liberdade política e econômica e respeito à dignidade humana, independentemente de condição social. Esses refugiados buscaram, primeiramente, estabelecer residência, seja temporária ou definitiva, em países desenvolvidos e de língua espanhola, como a Espanha, ou em que a comunidade latina hispânica fosse de maior relevância como os Estados Unidos da América.

Em um segundo momento esse fluxo passou a buscar destinos na América Latina e o Brasil passou a figurar como um local de refúgio ou de transição para Colômbia e Chile. Frente aos desafios prementes, o governo brasileiro lançou mão de uma Força Tarefa de ajuda Humanitária na região do Estado de Roraima, a Operação Acolhida.

Catástrofes naturais também configuram desafios de caráter humanitário que se elevam frente ao Estado Brasileiro. Um exemplo extremamente recente ocorreu no início do ano de 2022, na cidade de Petrópolis. Chuvas torrenciais causaram desmoronamentos de encostas que trouxeram centenas de casas abaixo, causando mortes, desaparecimentos e um grande número de pessoas feridas ou soterradas. Ao mesmo tempo, alagamentos das regiões baixas da cidade causaram prejuízos econômicos e impediam o fluxo de pessoas e recursos para o salvamento e atendimento médico dos feridos e soterrados. Neste cenário caótico, o Exército Brasileiro, atendendo ao chamado de seu compromisso frente ao povo e determinação legal, lançou-se no enfrentamento dos problemas prementes trazendo grande alívio àquela comunidade.

Isto posto, é fundamental que seja realizada a constante evolução doutrinária mantendo o arcabouço teórico para fundamentar as estruturas e capacidades da

Força para agir de forma oportuna e eficiente. Cabe ressaltar que em situações de tragédia e desastres, o nível de prontidão e profissionalismo demonstrado no desdobramento dos meios e emprego da tropa têm repercussão alavancada exponencialmente, gerando grandes efeitos na imagem e moral da Instituição.

Diante da paisagem acima descrita, presente estudo pretendeu refletir sobre a importância das Operações de Ajuda Humanitária para o Exército Brasileiro, realizando uma análise, à luz da doutrina militar vigente, dos conceitos, fundamentos e formas de emprego que estão relacionados com as operações dessa natureza. Para isso lançará mão do estudo de missões desencadeadas pelo Exército Brasileiro em território nacional, mais especificamente as Operações Acolhida e Petrópolis (2022). Revisão de diretrizes, manuais, artigos e periódicos e, por fim o fomento de ideias que favoreçam o preparo da Força Terrestre, estando estruturado da seguinte maneira: 1. Introdução; capítulo 2. – Metodologia; capítulo 3. – Referencial teórico; capítulo 4. - Estudo da Operação Acolhida.; capítulo 5. – Estudo da Operação Petrópolis; capítulo 6. – Possibilidades de emprego da Força Terrestre em Operações de Ajuda Humanitária fora do território nacional; capítulo 7. – Conclusão.

1.1 O PROBLEMA

Segundo o site Nações Unidas Brasil, o relatório Organização Meteorológica Mundial e do Escritório da ONU para a Redução do Risco de Desastres, reporta que entre 1970 e 2019 houve um grande aumento no número e gravidade dos desastres naturais em todo o mundo.

Soma-se a isso o grande número de tragédias humanitárias provenientes de crises políticas, econômicas, sociais e de segurança. Tais tragédias têm como reflexo mais visível e devastador a geração de grandes fluxos de pessoas que buscam melhores condições de sobrevivência migrando para outros países com maior estabilidade. Dentre estes movimentos, alguns de grande impacto no início do século XXI foi a grande migração de Sírios que foram para a Europa e Arábia Saudita, fugindo da guerra em seu país de origem. Na América do Sul, é marcante o êxodo de venezuelanos que buscaram diversos países, em sua fuga da crise

política e econômica e democrática que assola seu país, afetando o Brasil de forma sensível, em especial o estado de Roraima.

O presente trabalho de conclusão de curso será desenvolvido em torno do seguinte problema: quais os conceitos, fundamentos e formas de manobra podem ser depreendidos do estudo das operações em pauta?

1.2 OBJETIVO

Para que se clarificasse o já citado problema de pesquisa, os seguintes objetivos foram estabelecidos.

1.2.1 Objetivo geral

Identificar conceitos de fundamentos e formas de manobra nas Operações Petrópolis e Acolhida, considerando-as Operações de Ajuda Humanitária.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Verificar os conceitos e fundamentos das Operações de Ajuda Humanitária existentes na Doutrina.

b) Estudar a Operação Acolhida.

c) Estudar a Operação Petrópolis.

d) Identificar as possibilidades de emprego da Força Terrestre em Operações de Ajuda Humanitária fora do território nacional.

e) Concluir sobre os conceitos, fundamentos e de formas de manobra nas Operações Petrópolis e Acolhida.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo estará limitado às Operações Acolhida, Petrópolis. Será realizado a pesquisa de artigos, relatórios e relatos sobre as citadas operações e sua comparação com a literatura e doutrina selecionada.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O caráter humanitário do emprego do poder nacional tem ganhado importância no século XXI. A pesquisa contribuirá para o fomento da discussão sobre o tema e consequente desenvolvimento de um arcabouço teórico, favorecendo o aprofundamento do conhecimento sobre as operações de ajuda humanitária e, dessa forma, a preparação no âmbito do Exército Brasileiro.

2. METODOLOGIA

Nesta seção será apresentada a metodologia que foi utilizada para desenvolver o trabalho, evidenciando-se os seguintes tópicos: tipo de pesquisa, coleta de dados, tratamento de dados e limitações do método.

2.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo será realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseará sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre os assuntos relacionados as Operações de Ajuda Humanitária em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo do presente estudo englobará os estudos existentes no âmbito do Estado Brasileiro sobre as operações de ajuda humanitária e as ações do Exército na Operação Acolhida, na Operação Petrópolis e à atuação do Exército Brasileiro no Haiti após o terremoto ocorrido em 2010 naquele país.

As amostras que serão utilizadas serão os relatórios das referidas operações bem como artigos científicos e de opinião que tenham sido publicados e que tenham a possibilidade de, relatando partes específicas das ações em pauta, contribuir para a formulação de conhecimento para o Exército Brasileiro.

2.3 COLETA DE DADOS

Conforme Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (2012), a coleta de dados do presente trabalho de conclusão de curso dar-se-á, realizando-se uma pesquisa bibliográfica na literatura disponível, tais como livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, internet, monografias, teses e dissertações, sempre buscando os dados pertinentes ao assunto. Nessa oportunidade, serão levantadas as fundamentações teóricas para responder ao problema integrador do estudo.

2.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Conforme Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (2012), o método de tratamento de dados que será utilizado no presente estudo será a análise de conteúdo, no qual serão realizados estudos de textos para se obter a fundamentação teórica para se chegar à resposta do problema em pauta no estudo.

2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A metodologia em questão possui limitações, particularmente, quanto à profundidade do estudo a ser realizado, pois não contempla, dentre outros aspectos, o estudo de campo e a entrevista com pessoas diretamente ligadas aos processos em estudo. Porém, devido ao fato de se tratar de um trabalho de término de curso, a ser realizado em aproximadamente seis meses (ver item 4 CRONOGRAMA), o método escolhido possibilitará o alcance dos objetivos propostos no presente Projeto de Pesquisa.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A Nota de Coordenação Doutrinária Nr 01/2014 – C Dout Ex/EME, de 10 de abril de 2014, define Operações de Ajuda Humanitária, da seguinte maneira:

Operação concebida especificamente para aliviar o sofrimento humano, decorrente de desastres, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, bem como para prestar assistência cívico-social. Destina-se a complementar, com a utilização de meios militares, o esforço de resposta a desastre do governo e de organizações não governamentais. (BRASIL, 2014, p.4)

Antes de se iniciar uma investigação, faz-se necessário entender o conceito de fundamento das operações de ajuda humanitária. De acordo com o dicionário Michaelis on line, fundamento se refere ao “Conjunto de princípios básicos que regem a organização e o funcionamento de uma atividade, uma instituição, um ramo do conhecimento etc.[...]” (FUNDAMENTO, 2022). O manual de campanha do Exército Brasileiro EB70-MC-10.223 Operações trata os fundamentos das operações ofensivas e defensivas como um conjunto de preceitos que norteiam emprego da força, favorecendo o atingimento dos objetivos e o sucesso nestas operações. É neste sentido que o termo fundamento das operações de ajuda humanitária será tratado no presente trabalho e, ainda, à luz de sua definição em dicionário.

.O Manual de Campanha – **Lista de Tarefas Funcionais** – EB70-MC-10.341. Brasília, DF, 2016 descreve as tarefas atinentes às funções de combate do Exército Brasileiro. Desta forma é possível classificar as tarefas realizadas pela força nas diversas operações de forma a categorizá-las permitindo um melhor entendimento sobre as possibilidades de formas de manobra que podem ser depreendidas de tais operações. O referido manual trás as seguintes definições quanto à tarefa e atividade:

1.3.8 Atividade é o conjunto de tarefas afins, reunidas segundo critérios de relacionamento, interdependência ou de similaridade, cujos resultados concorrem para o desenvolvimento de uma determinada função de combate.

1.3.9 Tarefa é trabalho ou conjunto de ações cujo propósito é contribuir para alcançar o objetivo geral da operação. É um trabalho específico e limitado no tempo que agrupa passos, atos ou movimentos integrados, segundo uma determinada sequência e destinado à obtenção de um resultado determinado. As tarefas constituem ações a serem executadas pelos diversos sistemas e elementos operativos. (BRASIL, 2016, p.1-3)

O. Manual de Fundamentos - Doutrina Militar Terrestre - EB20-MF-10.102. Brasília, DF, 2019 configura outro importante referencial teórico por definir os fatores determinantes das capacidades conforme descrito abaixo:

3.3.4 A capacidade é obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura – que formam o acrônimo DOAMEPI. (BRASIL, 2019, p.3-3)

Cabe ressaltar a importância da doutrina na formação de capacidades para a Força Terrestre, sendo este fator um norteador para a produção de conhecimento buscada no escopo deste trabalho.

3.3.5.1 Doutrina – este fator é base para os demais, estando materializado nos produtos doutrinários. Por exemplo, a geração de capacidades de uma unidade inicia-se com a formulação de sua Base Doutrinária, que considera a gama de missões (traduzida das capacidades operativas), atividades e tarefas que essa unidade cumpre em operações. (BRASIL, 2019, p.3-3)

Para alcançar o entendimento sobre as operações estudadas, foram elencados artigos, como o do Prof. Tássio Franchi: “Operação Acolhida – A atuação das Forças Armadas Brasileiras no acolhimento aos deslocados venezuelanos”, de 2019 para a *Military Review*:

Antes de 2016, ações do governo estadual e das prefeituras locais já vinham sendo executadas em conjunto com organizações não governamentais e setores da sociedade civil, a fim de prestar assistência aos deslocados que chegavam ao Estado. Entretanto, a partir de 2016, o fluxo migratório efetivamente ultrapassou as capacidades municipais e estaduais de fornecimento de serviços básicos aos deslocados. Dessa forma, o governo federal decidiu intervir de modo sistemático (FRANCHI, 2019, p. 9).

A Operação Acolhida é uma Força Tarefa Logística Humanitária, concebida pelo Ministério da Defesa como a resposta do Estado Brasileiro à crise migratória de cidadãos venezuelanos que se deslocavam para o território do Brasil.

A Política Nacional de Defesa do Brasil, formulada em 2020, estabelece Objetivos Nacionais de Defesa que devem ser entendidos como condições a serem constantemente buscadas e mantidas pelo Brasil, no âmbito da defesa. O Objetivo Nacional de Defesa V estabelece “*Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior.*”

Significa proporcionar condições de segurança aos brasileiros no exterior, assegurando o respeito aos direitos individuais ou coletivos, privados ou públicos; e o cumprimento de acordos internacionais, de modo a zelar também pelo patrimônio, pelos ativos econômicos e recursos nacionais existentes fora do Brasil, de acordo com o ordenamento jurídico internacional (BRASIL, 2020, p. 25).

O Objetivo Nacional de defesa VII estabelece ainda, “*Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais*”.

Refere-se à participação do Brasil nos mecanismos de resolução de controvérsias no âmbito dos organismos internacionais, complementada pelas relações com toda a comunidade mundial, na busca de confiança mútua, pela colaboração nos interesses comuns e pela cooperação em assuntos de Segurança e Defesa (BRASIL 2020, p. 25).

Dessa forma, o Estado Brasileiro expressa seu anseio em participar da sociedade internacional, integrando de forma solidária nas questões atinentes à Defesa e a Paz no concerto das Nações. Neste contexto abre-se a discussão sobre as possibilidades de emprego da Força Terrestre em Operações de Ajuda Humanitária fora do território nacional.

4. OPERAÇÃO ACOLHIDA

Neste capítulo, será realizado o estudo da Operação Acolhida, com foco em relatórios e informações públicas que nos possibilitem identificar o conceito que envolve tal operação e os fundamentos que a relacionem com as Operações de Ajuda Humanitária.

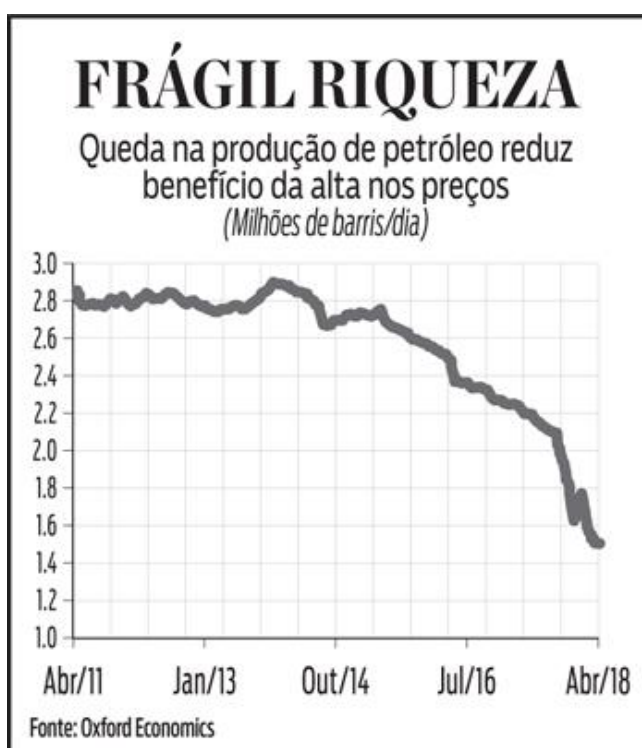
Os movimentos de pessoas e de grupos destas por diferentes regiões do planeta terra são uma constante desde o surgimento da própria espécie humana. É desnecessário ressaltar que sem estes movimentos o *Homo sapiens* teria sequer saído de seu nascedouro na região do levante. Com o passar do tempo, na história da humanidade, grupos foram perseguidos por sua identidade, religião, cor de pele. Como não citar o êxodo hebreu do Egito, a migração dos puritanos da Europa para fundar o que hoje são os Estados Unidos da América ou a vergonhosa migração forçada de negros da África para as Américas.

Os séculos XIX e XX presenciaram as grandes migrações de Europeus para o já não tão novo mundo em busca de oportunidade e de segurança, fugindo de um continente duas vezes lastimado por Guerras Mundiais. Ademais, o século XXI tem se deparado com um novo, ou ao menos renovado, conceito: as crises migratórias.

A partir de 2012, uma série de revoltas populares depuseram regimes autoritários no chamado “Mundo Árabe”. Tal período culminou com a Guerra travada na Síria que envolveu diversos países da região, povos sem territórios como os Curdos e potências externas como a Rússia e os Estados Unidos. Soma-se a isso uma tentativa truculenta de trupes armadas autointituladas de Estado Islâmico de criar um califado universal. Tais fatos acabaram por gerar uma gigantesca onda de refugiados do norte da África e Oriente Médio para a Europa, que acabou por movimentar os Estados em especial suas Forças Armadas em direção à autopreservação, expondo para o povo o que toda a população já sabia: a hipocrisia e a fragilidade do novo mundo sem fronteiras apregoado por burocratas, intelectuais e magnatas.

4.1. A CRISE VENEZUELANA

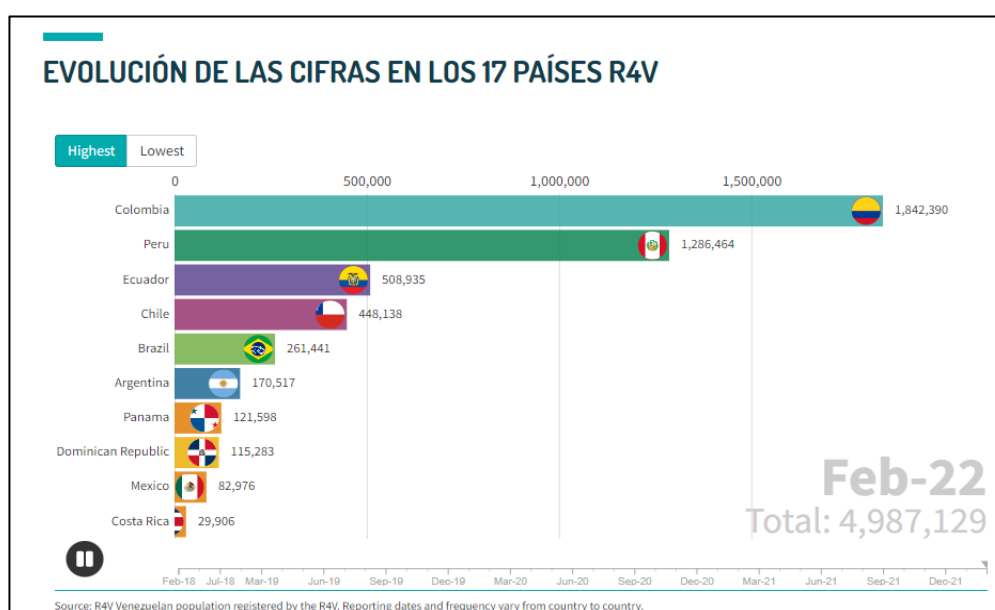
A Venezuela é um país sul-americano com cerca de 28 milhões de habitantes. Segundo o site Brasil Escola (ESCOLA, 2022). Desde a década de 1930, a Venezuela é exportadora de petróleo e hoje estima-se que possua a quarta reserva mundial com cerca de 300 bilhões de barris. Contudo, o país que outrora apresentava grande pujança econômica, hoje encontra-se em profunda crise, com uma inflação que atingiu cerca de 680% no ano de 2021 e com grandes dificuldades para extrair suas reservas de petróleo por meio da sua estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA).



QUADRO 1 : Produção de petróleo na Venezuela.
Fonte: Isto é Dinheiro/ Oxford Economics (2018e)

Para além da crise econômica, a Venezuela padece de uma longa crise política. No ano de 1998, foi eleito o Cel Hugo Chaves para presidência do país. Chaves já havia liderado uma tentativa de golpe frustrada para derrubar o presidente eleito Rafael Caldera, no ano de 1992. Com sua assunção em 1999, iniciou o processo de estatização e socialização da economia venezuelana que, apesar de uma inicial solidez patrocinada pela venda do petróleo, direcionou-a para o caos em que se encontra atualmente.

Após eleito, Chaves não sairia mais do poder até sua morte em 2013, deixando em seu lugar seu antigo guarda-costas Nicolás Maduro, que daria sequência ao populismo e autoritarismo, assim como às políticas econômicas de seu antecessor. Cabe ressaltar que, a despeito da constante alegação de que a manutenção da dupla no poder por 24 anos tenha se dado por meio de eleições democráticas, existem diversas acusações de manipulação de votos e coação dos eleitores. Além disso, nesse período, foram tomadas diversas medidas antidemocráticas que configuram a crise política venezuelana, como: o aparelhamento da suprema corte, convocação de uma constituinte com caráter “bolivariano” que terminou seus trabalhos em 2020, perseguição de adversários políticos do Presidente Nicolás Maduro e a criação de milícias bolivarianas armadas para perseguir cidadãos que demonstrassem insatisfação. Tais medidas culminaram em diversos confrontos entre a população e as forças ligadas ao governo, impulsionando o grande êxodo de venezuelanos para diversos países, entre eles o Brasil, conforme pode ser verificado na página eletrônica do Instituto de Desenvolvimento Econômico de Fronteiras (IDESF).



QUADRO 1 : Número de migrantes venezuelanos na América Latina.

Fonte: Plataforma de Coordenação Interagencial para refugiados e Migrantes da Venezuela (2022)

4.2 A ONDA MIGRATÓRIA DE VENEZUELANOS PARA O BRASIL

O caso venezuelano, guardadas as devidas proporções, se assemelha às demais crises migratórias, não somente pelos fatores enumerados pelo professor Tássio Franchi em seu artigo para a *Military Review* em 2019, mas também por outros. Os venezuelanos fugindo de seu próprio governo e das condições criadas por este, procuravam não somente sair de seu território para um país vizinho, o que os caracterizaria como refugiados, mas procuravam prioritariamente países com boas condições de oportunidade e ou semelhanças culturais como o idioma espanhol. Dessa forma, as primeiras levas de refugiados, que pode deduzir que seriam compostas por indivíduos de melhores condições de instrução e riqueza, procuraram se estabelecer nos Estados Unidos, Colômbia e até na Espanha.

A atual crise migratória venezuelana produz impactos regionais significativos na América do Sul e no Caribe. No Brasil, o número total de deslocados civis procedentes da Venezuela ainda é baixo, se comparado com o dos países andinos. Entretanto, a situação na fronteira Brasil-Venezuela inspira atenção devido a suas características peculiares em termos de densidade demográfica, infraestrutura, vigor econômico e capacidade de absorção de novos contingentes populacionais. (FRANCHI, 2019, p. 1).

As demais levas, com o aumentar do desespero e diminuir das possibilidades, buscaram locais mais próximos e que permitissem, conforme a evolução dos acontecimentos e da situação, uma possibilidade mais atingível de retorno para o país natal. Assim, o Brasil foi atingido em cheio por um considerável fluxo de pessoas que passaram a buscar refúgio ou passagem pelo país, adentrando por pelo estado de Roraima, especialmente pela cidade de Pacaraima.

Roraima é um Estado membro da federação que se destaca por seu valor estratégico — tanto por sua posição geográfica quanto pela importância atribuída pela comunidade internacional à região amazônica. Assim sendo, torna-se fundamental compreender as dinâmicas dos novos fluxos migratórios, bem como refletir acerca das ações empreendidas pelo Estado brasileiro diante desse desafio. (FRANCHI, 2019, p. 1).

Segundo números da Casa Civil do Brasil e da Polícia Federal, entre os anos de 2017 e 2018, cerca de 175.000 venezuelanos entraram no Brasil por Pacaraima - RR. Boa parte destes migrantes saíram do Brasil para outros destinos. Não obstante, boa parte desses venezuelanos acumularam-se na localidade de entrada e na capital

do estado, Boa Vista. Tal situação foi descrita pelo Coordenador Operacional da Operação Acolhida, General de Divisão Antônio Manoel de Barros, em entrevista para Coleção Meira Mattos, Rio de Janeiro, v. 16:

...quando houve a crise em 2018, o primeiro problema era organizar a fronteira porque o acúmulo de pessoas era muito grande e a gente não tinha uma estrutura adequada do Estado brasileiro. Então, o primeiro esforço foi organizar a fronteira. Bem, já em um segundo momento, quase simultaneamente, se começou a ver como que nós vamos acolher essas pessoas, porque nós tínhamos centenas de pessoas em Boa Vista em uma situação realmente catastrófica dentro disso aí, uma coisa que Boa Vista nunca fez. (BARROS; SIMÕES; FRANCHI, 2022, p. 174).

4.3 CONCEITO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA.

De acordo com o Prof. Dr. Tássio Franchi, até o ano de 2016, diversas medidas estavam sendo tomadas por meio de diferentes estruturas do governo do Estado do Brasil na região de Roraima, visando controlar o fluxo migratório bem como as condições dos venezuelanos que adentravam pela fronteira.

Em fevereiro de 2018, por meio da medida provisória nº820 de 15/02/2018, foi constituído o “Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária”, um esforço multiministerial alinhando os poderes nas esferas da administração federal, estadual e municipal. (FRANCHI, 2019, p. 9).

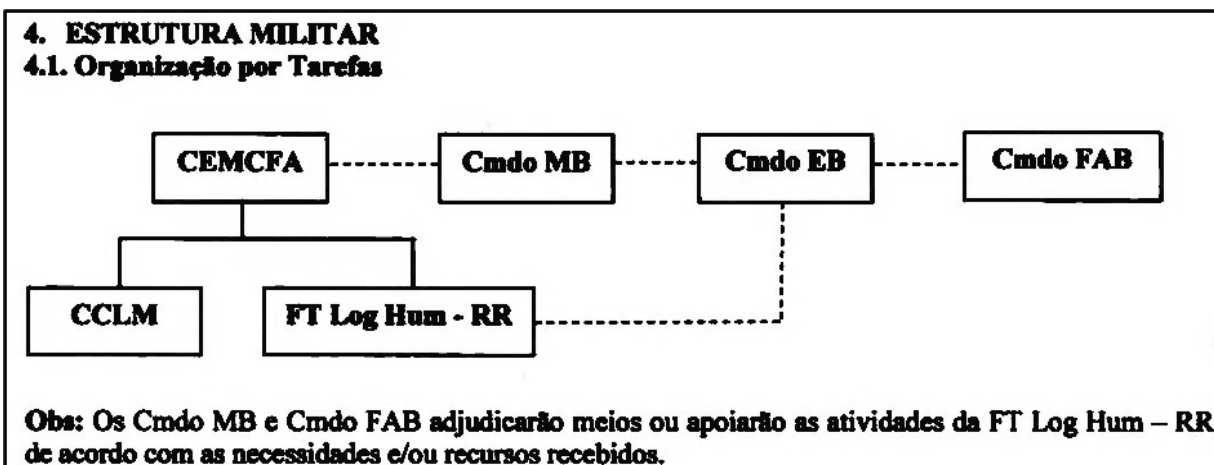
Seguiu-se o reconhecimento da situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela pelo decreto presidencial 9.285 de 15 de fevereiro de 2018. A composição, as competências e as normas de funcionamento do comitê federal de assistência emergencial foram estabelecidas por meio do decreto presidencial 9.286, também de 15 de fevereiro de 2018. O envolvimento de diversos ministérios e setores do governo outras organizações determinam esta operação dentro do escopo da Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, de acordo com o previsto no manual EB70-MC-10.223 Operações.

São operações executadas por elementos do EB em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências (Fig 3-3). Destinam-se a conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum. Buscam evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, levando os envolvidos a atuarem com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. (BRASIL, 2017, p.3-14)

Em 28 de fevereiro de 2018, o Ministério da Defesa emitiu a Diretriz Ministerial Nr 03 criando oficialmente a “Operação Acolhida”, determinando que o Exército Brasileiro deveria apoiar com pessoal, material e instalações a montagem da estrutura e atividades necessárias ao acolhimento humanitário dos imigrantes. Baseado nesta diretriz, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) emitiu, em 1º de março, a Instrução 01/2018 - Operação Acolhida. Nesta instrução, determina ao Exército Brasileiro a constituição de uma Força-Tarefa Logística Humanitária para o estado do Roraima sob a orientação do nomeado Coordenador Operacional da Operação Acolhida, o Gen Bda Eduardo Pazuello.

Aos 04 dias do mês de maio de 2018, o EMCFA emitiu a Instrução Nº 02/2018 – Operação Acolhida, englobando sua concepção estratégica. A instrução determinou o estabelecimento, por parte da Força Tarefa Logística Humanitária para Roraima (FT Log Hum - RR), de duas bases de operações, sendo uma em Pacaraima - RR e outra em Boa Vista - RR. Determinou, ainda, que nestas bases a Força Tarefa deveria providenciar alimentação e acolhimento aos imigrantes, melhoria das instalações físicas e criação de novos abrigos.

Segundo a instrução do EMCFA, diversas agências de diversos seguimentos trabalhariam nas bases da Operação Acolhida e sob seu apoio. Entre as atividades e instalações que seriam apoiadas, foram listadas: Posto de Recepção e Identificação; Posto de Triagem; Posto de Atendimento Avançado (PAA) em Pacaraima. Definiu também a estrutura militar da operação, conforme imagem abaixo:



QUADRO 2 : Estrutura Militar para a emergência humanitária.

Fonte: Instrução Nº02/2018- Operação Acolhida, do EMCFA

Desta forma, o Ministério da Defesa e o Exército Brasileiro assumem posição central no comando da Operação Acolhida. Tal fato encontra amparo na lei complementar 136 de 2010 que disciplinou as atribuições do Ministro de Estado da Defesa conforme citação abaixo:

Art 9º [...]

§ 1o Ao Ministro de Estado da Defesa compete a implantação do Livro Branco de Defesa Nacional, documento de caráter público, por meio do qual se permitirá o acesso ao amplo contexto da Estratégia de Defesa Nacional, em perspectiva de médio e longo prazos, que viabilize o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor.

§ 2o O Livro Branco de Defesa Nacional deverá conter dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas, abordando os seguintes tópicos: [...]

VIII - operações de paz e ajuda humanitária. (BRASIL, 2010)

Das atividades hoje desempenhadas pela FT Log Hum RR- Operação Acolhida, entre as mais relevantes está a interiorização.

As primeiras viagens de interiorização ocorreram em 5 e 6 de abril de 2018, com o transporte de 265 venezuelanos para as cidades de São Paulo (199) e Cuiabá (66). De lá para cá, 4,2 mil imigrantes do país vizinho foram encaminhados para 15 unidades da Federação. (BRASIL, 2019, p.8)

A oferta de assistência emergencial para os migrantes venezuelanos é o objetivo principal da operação em pauta, sendo a interiorização o fator de destaque entre diversas organizações por evidenciar o princípio da humanidade que deve revestir esse tipo de operação. Iniciado em abril de 2018, esse processo interiorizou 78.767 venezuelanos até junho de 2022, segundo o Ministério da Cidadania (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/operacao-acolhida-ultrapassa-78-mil-venezuelanos-interiorizados-no-brasil>).

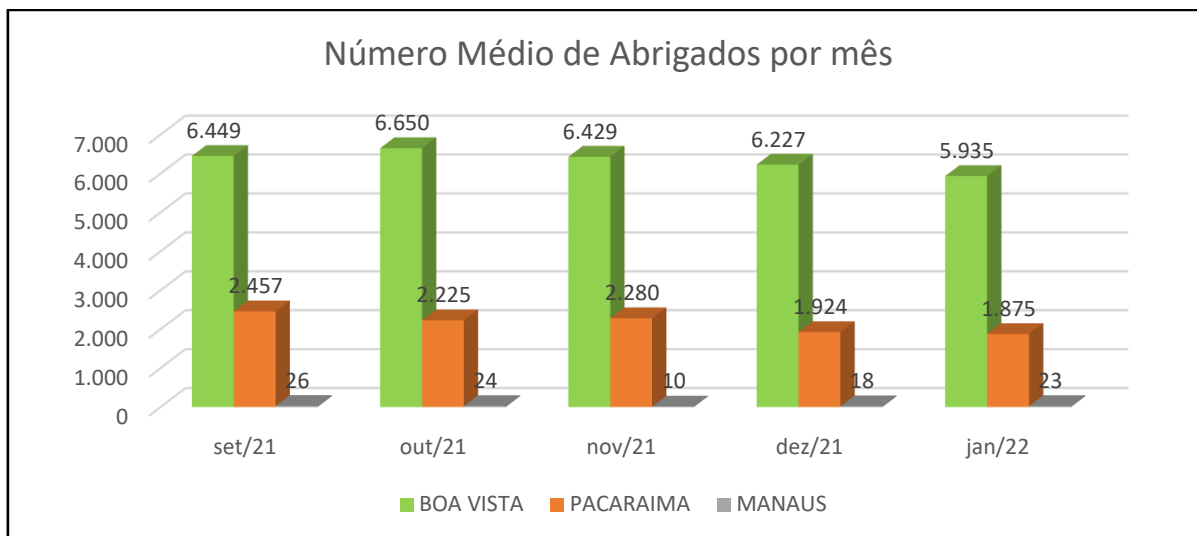
A Operação Acolhida é uma estratégia federalizada de oferta de assistência emergencial aos refugiados e imigrantes venezuelanos. Coordenada pelo Governo Federal, é composta por 11 ministérios e conta com suporte de agências da Organização das Nações Unidas e de mais de 100 entidades da sociedade civil. O Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade, coordenado pelo Ministério da Cidadania, atua na gestão dos abrigos federalizados na fronteira e é responsável pelos processos pertinentes à transferência voluntária dos imigrantes das cidades de fronteira para outros estados brasileiros.

A intenção é oferecer assistência emergencial aos refugiados e migrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima, organizando a chegada deles, buscando inserção social e econômica e apoiando na procura por emprego e moradia, principalmente nos municípios de Boa Vista e Pacaraima.

Manaus é o município que mais recebeu cidadãos da Venezuela interiorizados desde abril de 2018: 5.287. Em seguida aparecem Curitiba (5.189), São Paulo (4.255), Dourados (MS), com 3.329, e Chapecó (SC), com 2.814.

Os três estados do Sul são recordistas no acolhimento. Para Santa Catarina foram interiorizados 14.156 venezuelanos, o Paraná recebeu 13.604 e o Rio Grande do Sul, 11.806 até o último mês. (BRASIL, Ministério da Cidadania, 2022)

São exemplos de atividades desenvolvidas pela Operação Acolhida, segundo o Relatório Final de Missão do 12º Contingente, de 15 de fevereiro de 2022: atendimentos de saúde, aplicação de vacinas e abrigamentos, demonstrando o caráter humanitário, visando o contínuo melhoramento das condições de saúde física e mental, bem como o respeito à dignidade dos refugiados.



QUADRO 2 : Número médio de Abridados por mês.

Fonte: Relatório Final de Missão do 12º Contingente, de 15 de fevereiro de 2022, modificado pelo autor.

Ressalta-se a importância das atividades e das tarefas funcionais atinentes à função logística que são empregadas pela operação acolhida. O Exército Brasileiro, como força armada de natureza terrestre deve possuir grandes capacidades relacionadas ao transporte, alojamento, alimentação e saúde de grandes efetivos. Além disso, o planejamento e emprego da logística para o desdobramento de tropas e material são características conhecidas da Força Terrestre. Tais capacidades são um fator de extrema importância para o Estado Brasileiro optar pelo emprego desta na colaboração e, por vezes na liderança de operações de ajuda humanitária. O manual de campanha do Exército Brasileiro EB70-MC-10.341 – Lista de Tarefas Funcionais, de 2016, elenca tais atividades da seguinte maneira:

6.1.1 A Função de Combate Logística integra o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados para proporcionar apoio e serviços. Visa a assegurar a liberdade de ação, a amplitude de alcance e a duração nas operações. Engloba as Áreas Funcionais de apoio de material, apoio ao pessoal e apoio de saúde. Envolve, ainda, a Gestão Orçamentária e Financeira e o Apoio Jurídico, que permeiam as áreas descritas anteriormente.

6.1.2 As tarefas da Função de Combate Logística são a decomposição de cada atividade em ações práticas, que representarão as missões que os elementos de apoio logístico cumprirão[...] (BRASIL, 2016, p. 6-1)

4.4 CONCLUSÃO PARCIAL.

Da revisão bibliográfica acima, podemos depreender conceitos sobre a Operação Acolhida. Pode se considerar os Fundamentos das Operações de Ajuda Humanitária identificados na FT Log Hum-RR citados a seguir: a Legalidade e a Humanidade.

Sobre o **fundamento da Legalidade**, em que pese o apoio à sociedade e contribuição para o desenvolvimento nacional constar do Livro Branco de Defesa Nacional de 2020, fica depreendido a necessidade de que o emprego do Exército Brasileiro em Operações de Ajuda Humanitária deve seguir uma base de amparo legal que, no caso em pauta foi configurado pelos decretos presidenciais, já citados, desencadeando uma série de documentos, diretrizes presidenciais, ministeriais, do EMCFA e Instruções do COTER.

No que se refere ao **fundamento da humanidade**, as ações da força devem acontecer de forma a priorizar a vida, integridade física, saúde e o bem estar das pessoas em situação de vulnerabilidade. Tais ações devem ter caráter continuado e evoluir na medida das necessidades dos atendidos e possibilidades da Força. Tal fundamento fica caracterizado pelo constante melhoramento das condições de acolhimento dos migrantes, a construção e reformas dos abrigos e o aumento do espectro de serviços ofertados. A interiorização é um fator que demonstra o atendimento deste fundamento por parte da Coordenação da Operação Acolhida, deixando claro que mais que a defesa da soberania ou integridade territorial do Brasil, O Estado Brasileiro investe de humanidade a pessoa migrante sem reduzi-lo a um fator geopolítico.

A Operação Acolhida, como fica claro na legislação atinente ao seu estabelecimento, constitui-se em uma Força Tarefa Logística de Ajuda Humanitária. Desta forma, pode-se inferir que a Operação de Suporte Logístico Humanitário constitui uma **forma de manobra** das Operações de Ajuda Humanitária. Esta forma de manobra caracteriza-se pelo emprego das capacidades do Exército Brasileiro relacionadas às tarefas de planejamento e execução orçamentária e das demais atividades de logística. Engloba o planejamento, processo licitatório, aquisição ou contratação e emprego de ações de transporte, estabelecimento de alojamentos e instalações, alimentação, aquartelamento, saúde e demais atividades que surjam na consecução dos objetivos estabelecidos na dimensão humana.

Em que pese o amplo emprego das atividades de logística, a forma de manobra Força Tarefa Logística caracteriza-se, ainda, pela importância das atividades e tarefas inerentes ao comando e controle, conforme descrito no manual de campanha do Exército Brasileiro EB70-MC-10.341 – Lista de Tarefas Funcionais, de 2016, conforme cunhado abaixo.

2.5 PARTICIPAR DA INTEGRAÇÃO DE ESFORÇOS ENTRE CIVIS E MILITARES

2.5.1 Tarefas:

a) Proporcionar uma interface ou ligação com organizações civis: consiste no estreitamento dos laços com instituições, organizações e comunidades, com o objetivo de minimizar a probabilidade e os efeitos de possíveis interferências civis, nas operações militares.

b) Identificar as possibilidades de aproveitamento dos recursos locais: consiste na busca de recursos locais, de trabalho civil, de instalações e outras formas de apoio que possam beneficiar as forças militares a cumprir suas missões. Engloba também os recursos que possam auxiliar na coordenação e administração de acordos de apoio com nações anfitriãs.

c) Buscar o emprego coordenado com agências e outros órgãos do governo: consiste em realizar um trabalho em conjunto, coordenando esforços de maneira harmônica e integrada, com as agências e outros órgãos do governo, normalmente realizado pelo estabelecimento de um Centro de Coordenação de Operações (CCOp). (BRASIL, 2016, p. 2-2)

5. OPERAÇÃO PETRÓPOLIS

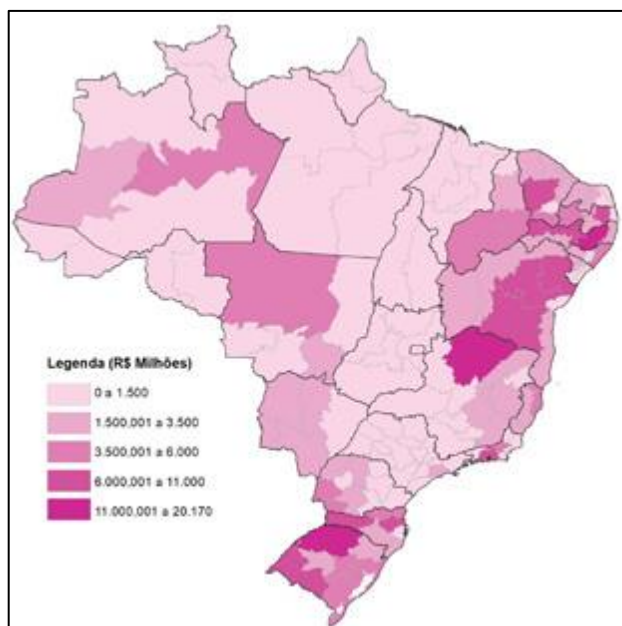
Neste capítulo será realizado o estudo da Operação Petrópolis, com foco em relatórios e informações públicas que nos possibilitem identificar o conceito que envolve tal operação e os fundamentos que a relacionem com as Operações de Ajuda Humanitária.

5.1. AS CATÁSTROFES NATURAIS NO BRASIL

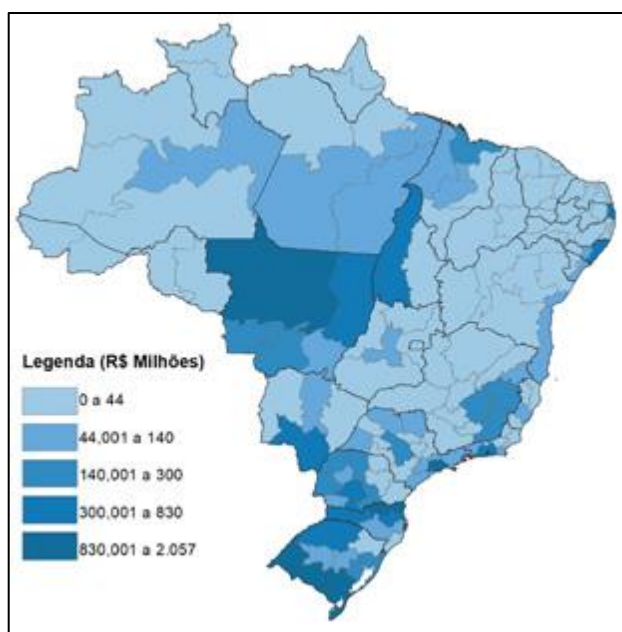
O Brasil é um país de grandes dimensões, com cerca de 8,5 milhões de Km² e uma população de mais de 210 milhões de pessoas, sendo o maior país da América do Sul e quinto maior do mundo em território. A maior parte de seu território encontra-se na faixa tropical, entre a Linha do Equador e o Trópico de Capricórnio. Devido a sua extensão territorial e sua localização, é comum a grande incidência de catástrofes naturais, como fica registrado no Relatório De Danos Materiais E Prejuízos Decorrentes De Desastres Naturais No Brasil (1995-2019), formulado pelo Elaborado pelo CEPED UFSC e atualizado pela FAPEU, com apoio do Banco Mundial.

Nas últimas décadas, o Brasil foi palco de inúmeros desastres que ocasionaram perdas significativas, as quais afetaram e continuam a afetar de modo considerável a economia, o ambiente e a sociedade como um todo. O somatório dos danos e prejuízos causados por desastres recorrentes, como inundações e secas, tem um impacto muito significativo, principalmente quando atingem repetidamente municípios de pequeno e médio porte. (BRASIL, 2020, p 14)

Do estudo deste relatório, podemos observar que a quantidade de danos e prejuízos causados por estas catástrofes concentra-se na faixa litorânea. A região de Petrópolis no estado do Rio de Janeiro é especialmente afetada, principalmente no período de dezembro até março. Sua localização em região serrana favorece a ocorrência de chuvas orográficas e potencializa os danos e prejuízos causados pois é caracterizado pela ocupação das encostas, muitas vezes de maneira irregular.



QUADRO 3 : Danos materiais e prejuízos causados por chuvas por mesorregião.
Fonte: Relatório de Danos Materiais e Prejuízos Decorrentes de Desastres Naturais no Brasil (1995-2019)



QUADRO 4 : Danos e prejuízos com chuvas intensas distribuídos mensalmente
Fonte: Relatório de Danos Materiais e Prejuízos Decorrentes de Desastres Naturais no Brasil (1995-2019)

5.2. O DESASTRE NATURAL EM PETRÓPOLIS

Segundo o site G1.com.br, o volume de chuva em apenas seis horas do dia 15 de fevereiro de 2022 foi de 260mm, superando a média mensal de 240mm, que já é elevada. O grande volume de água gerou deslizamentos de terras, destruição de casas, alagamentos, mortes, bloqueio de vias e interrupção na distribuição de água potável, energia elétrica e gás. Segundo Alana Gandra em matéria para Agência Brasil de 04 de março de 2022, o número de mortos passava de 233. A mesma reportagem, relata o número de 994 pessoas desabrigadas e cerca de 3.000 vistorias realizadas em imóveis e locais de risco, por um a equipe de engenheiros e geólogos.

Nas estruturas que funcionam em escolas públicas e em locais montados de forma voluntária em associações de moradores, organizações não governamentais (ONGs) e entidades comunitária, as famílias contam com suporte para as necessidades essenciais até que consigam o encaminhamento para o aluguel social. As pessoas que saem dos abrigos e instalam em casa de parentes e amigos continuam recebendo apoio do governo municipal para que possam se restabelecer. (GANDRA, Alana, Agência Brasil, 2022)

Tendo em vista a situação acima apresentada, a Prefeitura de Petrópolis decretou estado de calamidade pública, conseqüentemente, o Governo Federal do Brasil achou por bem empregar a expressão militar em apoio à Defesa Civil do estado do Rio de Janeiro. Para isso, emitiu a Diretriz Ministerial do Ministério da Defesa Nº001/2022 de 16 de fevereiro ativando o Comando Conjunto Leste (C Cj L), utilizando-se da estrutura do Comando Militar do Leste (CML) e cuja missão era de apoiar a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil em suas ações para mitigar os efeitos o desastre e evitar maiores prejuízos e danos.

De forma geral, corroborando com o princípio da legalidade, que foi descrito no capítulo anterior, a Operação Petrópolis se desenrolou sob o amparo de diversos documentos, citados a seguir: Portaria GM-MD nº 870, de 16 FEV 22; Diretriz Ministerial Nº 1/2022, de 16 FEV 22; Instruções para o emprego das Forças Armadas no apoio a Defesa Civil – Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, de 16 FEV 22; Plano Operacional Petrópolis/C Cj L, de 17 FEV 22; Requisição de mobilização de apoio do Ministério da Defesa nº 04/2022, de 17 FEV 22; Requisição de mobilização de apoio do Ministério da Defesa nº 05/2022, de 17 FEV 22; Requisição de

mobilização de apoio do Ministério da Defesa nº 06/2022, de 17 FEV 22; Requisição de desmobilização de apoio do Ministério da Defesa nº 03/2022, de 25 FEV 22; e Requisição de mobilização de apoio do Ministério da Defesa nº 07/2022, de 25 FEV 22.

Desta forma, o C Cj L decidiu instituir a Força de Apoio à Defesa Civil (F Ap Def Civ) cuja base foi a 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha (4ºBda Inf L Mth) e emitir o Plano Operacional Petrópolis C Cj L.

Segundo o Relatório Final de Atividades – Operação Petrópolis, a F Ap Def Civ emitiu sua ordem de operações com a seguinte missão:

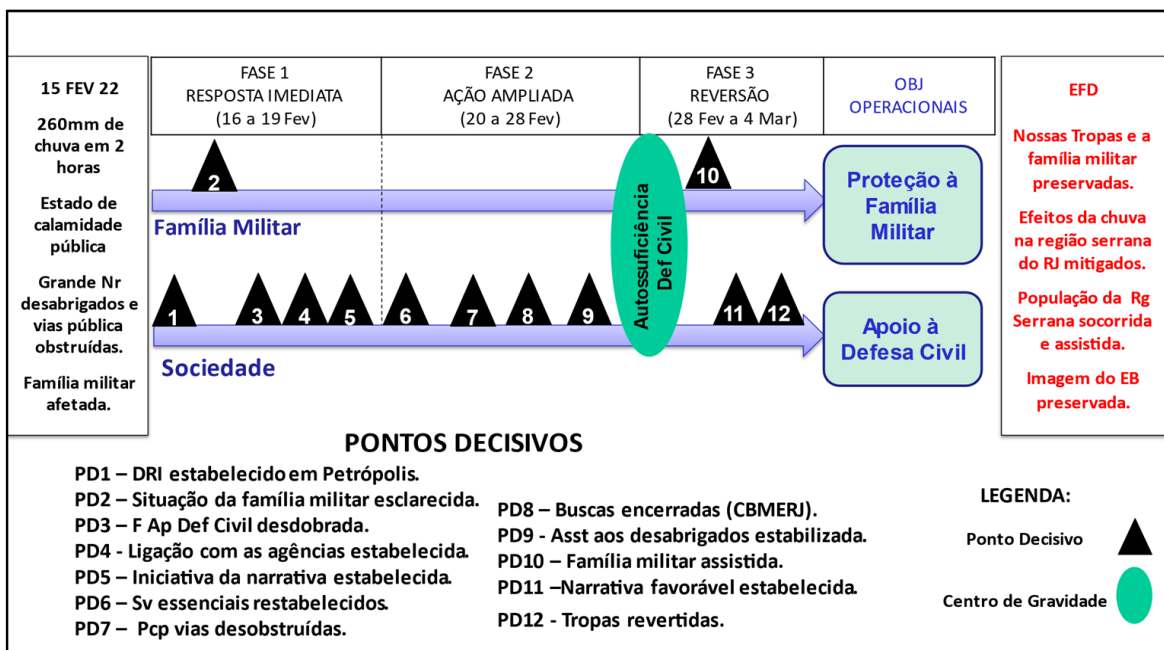
... a fim de contribuir com o CCj L nas ações necessárias para mitigar os efeitos da chuva na Rg serrana do RJ, empregar os recursos operacionais para atuar em apoio à Defesa Civil, em coordenação com os órgãos municipais, estaduais e federais. O Estado Final Desejado visualizado foi: nossas tropas e a família militar preservadas; os efeitos da chuva na região serrana do RJ mitigados; a população da Rg Serrana do RJ socorrida e assistida; e a imagem do Exército preservada e fortalecida. (BRASIL, 2022, p.1)

É preciso destacar que uma das primeiras ações realizadas, ainda na madrugada do dia 16 foi o acionamento e deslocamento de um Destacamento de Resposta Imediata (DRI) formado por elementos da 4ª Bda Inf L Mth, incluído parte do seu Estado Maior, para a Cidade de Petrópolis-RJ. Tal ação seguiu o prescrito na Nota de Coordenação Doutrinária (NCD) Nr 01/2014 – C Dout Ex/EME, de 10 de abril de 2014 – Operações e Ajuda Humanitária, que define o DRI da seguinte maneira:

Equipe multidisciplinar de composição variável capaz de realizar **a rápida avaliação do desastre**, determinando a situação da infraestrutura da região atingida, o dimensionamento do esforço de resposta a desastre do governo local e as capacidades militares que podem ser agregadas ao esforço do governo local, bem como pode realizar o reconhecimento inicial para o desdobramento das primeiras Forças (BRASIL, 2014, p.4)

Tendo em vista a complexidade e o ineditismo que é inerente a esse tipo de operação, fruto da imprevisibilidade dos efeitos da ação natural sobre o ambiente, a F Ap Def Civ elaborou um desenho operacional conforme preconizado no Processo de

Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT), conforme demonstrado abaixo:



QUADRO 5 : Desenho Operacional F Ap Def Civ-Op Petrópolis.
 Fonte: Relatório Final de Atividades – Op Petrópolis 2022

O planejamento conceitual da operação aos moldes do PPCOT mostrou -se uma boa prática, assim como o estabelecimento da autossuficiência da Defesa Civil como o Centro de Gravidade no gerenciamento do desastre e da assistência humanitária foi crucial para permitir uma rápida transição e reversão das atividades para a Defesa Civil que é a estrutura Estatal responsável. Dessa maneira, fica claro o aspecto cooperativo das ações do Exército, podendo ser superficialmente descrito como o “empréstimo de suas capacidades” e não a usurpação ou assunção da responsabilidade pelo gerenciamento da catástrofe, conforme prescrito na (NCD) Nr 01/2014.

O emprego de tropas em Operações de Ajuda Humanitária ou Assistência Humanitária, tanto em território nacional como no exterior, normalmente, será conduzido com a utilização de capacidades inerentes às organizações militares. De fato, a situação desejável é a utilização de meios eminentemente militares, apenas em complementação aos meios civis. O que se pretende, portanto, é agregar capacidades disponíveis nas Forças Armadas, em decorrência da sua organização em pessoal e material e da sua

missão precípua (como mão de obra, capacidade de transporte terrestre e aéreo, dentre outras), ao esforço de resposta a desastre. (BRASIL, 2014, p.11)

Ainda baseado no Relatório Final de Atividades da Operação Petrópolis, verifica-se que foram tomadas ações em diversas áreas e empregando diversas capacidades do Exército Brasileiro, conforme tabela abaixo:

ATIVIDADE	AÇÕES
Desobstrução de vias com emprego de Eqp Eng	21
Rec especializado de Eng	22
Proteção de encostas com utilização de técnicas de montanhismo	4
Apoio ao fluxo logístico humanitário, por meio de transporte, loteamento e distribuição de donativos (quentinhas, colchões, roupas, água e cestas básicas)	16
Atendimento a feridos em vias públicas	7
Apoio técnico de geólogo para avaliação de danos	5
Apoio à família militar	4
Transporte de assistentes sociais a pontos de apoio de difícil acesso	3
Escolta e segurança de comboios	13
Apoio às buscas nos locais de resgate operados pelo Corpo de Bombeiros	19
Apoio técnico de Engenheiro Cartógrafo para atualização de cartas	5

QUADRO 3 : Ações realizadas pela F Ap Def Civ-Op Petrópolis.
Fonte: Relatório Final de Atividades – Op Petrópolis 2022

Em 28 de fevereiro, o comando da F Ap Def Civ assessorou o C Cj L de que a auto suficiência da Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro fora atingida, iniciando a fase de reversão das tropas, conforme o planejamento conceitual demonstrado acima. Segundo o Relatório Final de Atividades da Operação Petrópolis, a situação em 28 de fevereiro de 2022 era a seguinte:

- Em 28 FEV 22, a situação na Rg PETRÓPOLIS era a seguinte:
- 100% do abastecimento de água restabelecido;
 - 99% do fornecimento de energia elétrica restabelecida;
 - 100% do fornecimento de telefonia móvel e internet restabelecida;
 - 90% das linhas de ônibus em funcionamento;
 - 3 (três) vias obstruídas (Rua Washington Luiz, Rua Monte Castelo e Av Portugal);
 - 3 (três) pessoas desaparecidas;

- 926 (novecentas e vinte e seis) pessoas desabrigadas acolhidas nos abrigos disponibilizados pela Prefeitura Municipal;
- 138 (cento e trinta e oito) matérias divulgadas na mídia sobre a atuação da F Ap Def Civil, das quais apenas 0,7 % com conteúdo negativo; e
- Situação da família militar esclarecida e o apoio psicológico, religioso e material viabilizado. (BRASIL, 2022, p. 2)

Ressalta-se a importância das atividades e das tarefas funcionais atinentes às funções movimento e manobra, e proteção que foram empregadas pela Operação Petrópolis. Fundamentado no manual de campanha do Exército Brasileiro EB70-MC-10.341 – Lista de Tarefas Funcionais (BRASIL, 2016) verifica-se que as tarefas atinentes à função de combate movimento e manobra, principalmente na atividade de mobilidade e contramobilidade que fica caracterizado na desobstrução de vias e na transposição de obstáculos.

No que tange às tarefas logística atinentes à proteção, verifica-se a forte aplicação da atividade de realizar ações de busca e salvamento, descrita no manual de campanha do Exército Brasileiro EB70-MC-10.341 – Lista de Tarefas Funcionais (BRASIL, 2016) como o resgate de pessoal sinistrado por meio de equipes de resgate.

5.3. CONCLUSÃO PARCIAL

As operações de ajuda humanitária em um ambiente de desastre ambiental decorrente do excesso de chuvas podem cumprir um papel importante ao aplicar as atividades e capacidades do Exército para mitigar os efeitos de enchentes e deslizamentos. As capacidades logísticas também são importantes por apoiarem o controle e transporte de pessoas em situação de fragilidade, de gêneros e materiais. Cabe destacar a capacidade concernente à função de combate movimento e manobra, caracterizada pelo emprego da engenharia em diversas ações, dentre umas das mais urgentes em uma situação como essa, permitindo a circulação dos veículos com meios e pessoal.

Isto posto, pode se inferir as seguintes definições de princípios das Operações de Ajuda Humanitária: do estudo da Operação Petrópolis pode-se depreender como um conceito das operações de ajuda humanitária o fundamento do esclarecimento da situação: Mesmo dentro de uma mesma área, as ocorrências de emergências que demandem operações de ajuda humanitária variam tanto quanto sua origem quanto, e principalmente, seus efeitos. Desta forma, além da preparação específica para o

cenário de maior probabilidade, deve ser feita também uma preparação genérica e flexível. O planejador deve manter sua mente aberta para a possibilidade de ter que “regular curto a manobra”, empregar o DRI para esclarecer a situação e executar o planejamento conceitual com oportunidade.

Além do fundamento relatado acima, ainda foram observados na Operação Petrópolis, os fundamentos da legalidade, humanidade e cooperação, já descritos no capítulo anterior.

Como forma de manobra, pode-se inferir que a Operação Petrópolis caracteriza prioritariamente uma operação de busca e salvamento. Com grande emprego das atividades e tarefas funcionais atinentes às funções de combate movimento e manobra e de proteção. É importante observar que outras atividades e tarefas, atinentes à outras funções de combate previstos no manual de campanha do Exército Brasileiro EB70-MC-10.341 – Lista de Tarefas Funcionais (BRASIL, 2016), podem e devem ser amplamente empregados, principalmente em atendimento ao fundamento da humanidade que busca a melhoria contínua das condições das pessoas assistidas.

6. POSSIBILIDADE DE EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE EM OPERAÇÕES DE AJUDA HUMANITÁRIA FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL

Desde o início do século XXI o Exército Brasileiro tem participado de diversas operações de caráter subsidiário que podem ser caracterizadas como “Operações de Ajuda Humanitária”. Além das operações já citadas nos capítulos anteriores, pode se citar as ocorridas após as quedas das barragens de Mariana e Brumadinho, apoio após os alagamentos no vale do Itajaí em Santa Catarina, combate aos focos de incêndio na Amazônia, contenção e limpeza de óleo bruto derramado por navio estrangeiro na costa nordeste do Brasil. Um ponto comum destas operações é que todas ocorreram em território nacional, contudo, a NCD 001/2014 prevê a possibilidade de emprego da Força Terrestre em Operações de Ajuda Humanitária fora do Território Brasileiro.

15.1 Em caso de desastre em uma nação amiga, o país acionará a sua estrutura de resposta a desastre e solicitará o apoio internacional para a complementação das capacidades já existentes. Essa solicitação de apoio chegará ao MD por intermédio do Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 2014, p.11)



QUADRO 6 Emprego do EB em Operações Humanitárias no Exterior.
Fonte: Relatório Final de Atividades – Op Petrópolis 2022

A Política Nacional de Defesa de 2020(PND 2020) faz uma leitura prospectiva do cenário internacional, visualizando o aumento da demanda por operações de ajuda

humanitária, a possibilidade do envolvimento do Brasil nesse ambiente e suas prováveis consequências.

2.3.11. A demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a acentuar-se, de sorte que o País poderá ser estimulado a incrementar sua participação nesses tipos de missão. Além do aumento de sua influência política em nível global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e de agências participantes das missões, bem como ampliar sua projeção no concerto internacional. (BRASIL,2020, p 17)

Em sua concepção sobre a Defesa Nacional, a PND 2020 elenca pressupostos que devem nortear o planejamento e o emprego da Expressão Militar do Poder Nacional, entre eles estão a participação em operações internacionais e não intervenção em países soberanos.

XI. participar de operações internacionais, visando a contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos; [...]

XIV. repudiar qualquer intervenção na soberania dos Estados e defender que qualquer ação nesse sentido seja realizada de acordo com os ditames do ordenamento jurídico internacional; (BRASIL, 2020, p. 21)

Os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) estabelecidos na PND 2020 são condições que devem ser alcançadas pela Defesa Nacional a fim de contribuir para os Objetivos Nacionais e são elaborados analisando o contexto nacional e internacional, conjugado com as premissas básicas estabelecidas. Entre esses OND figuram a proteção de cidadãos e bens do Estado Brasileiro e a projeção deste no concerto das Nações, conforme demonstrado abaixo.

V. Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior. Significa proporcionar condições de segurança aos brasileiros no exterior, assegurando o respeito aos direitos individuais ou coletivos, privados ou públicos; e o cumprimento de acordos internacionais, de modo a zelar também pelo patrimônio, pelos ativos econômicos e recursos nacionais existentes fora do Brasil, de acordo com o ordenamento jurídico internacional.... VIII. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais. Caracteriza-se pelas ações no sentido de incrementar a participação do Brasil em organismos e fóruns internacionais, em operações internacionais e na cooperação com outros países, visando a auferir maior influência nas decisões em questões globais. (BRASIL,2020, p.25)

Neste jaez, cabe ressaltar as capacidades do Exército Brasileiro em realizar a mobilização de meios e deslocamentos de vulto, ora referida como vocação expedicionária da força. A descrição de tal virtude pode ser consultada no Catálogo de Capacidades do Exército Brasileiro 2015-2035 na seção referente à capacidade 3.1.2 CO02. Suporte à Projeção de Força.

DEFINIÇÃO: ser capaz de planejar, gerir e executar eficazmente o movimento, o transporte e a distribuição de recursos a partir de suas bases até o seu destino final. Inclui todas as atividades relacionadas ao movimento, desde bases em território nacional até pontos de embarque e destes até a região onde a força irá cumprir sua missão. (BRASIL,2015, p. 8)

6.1 CONCLUSÃO PARCIAL

Da análise do material contido no presente capítulo, conclui-se que, em que pese missão precípua do Exército seja a defesa da Pátria, a preocupação com a projeção da força como capaz de mobilizar seus meios e cooperar com a segurança e o bem estar das pessoas, seja em território nacional ou não, consta da política nacional de defesa. Desta forma, pode-se inferir sobre o fundamento da legalidade, o emprego do Exército Brasileiro em Operações de Ajuda Humanitária deve seguir uma base de amparo legal, que quando em Operações de ajuda humanitária fora do território nacional deve acrescentar no processo de planejamento e condução das operações o atendimento não somente a legislação nacional como também a legislação do país anfitrião e, caso enquadrado por organismo supranacional, as normas emanadas por este.

7. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve o objetivo geral de verificar quais os conceitos, fundamentos e formas de manobra das operações de ajuda humanitária podem ser depreendidos do estudo das operações Acolhida e Petrópolis. Figuraram, ainda como objetivos específicos do trabalho: verificar os conceitos e fundamentos das Operações de Ajuda Humanitária existentes na Doutrina, estudar a Operação Acolhida, estudar a Operação Petrópolis, identificar a possibilidade de emprego da Força Terrestre em Operações de Ajuda Humanitária fora do território nacional e concluir sobre os conceitos de fundamentos e de formas de manobra nas Operações Petrópolis e Acolhida.

O conceito de operações de ajuda humanitária constante da A Nota de Coordenação Doutrinária Nr 01/2014 – C Dout Ex/EME, de 10 de abril de 2014, mostrou-se adequado às operações em pauta.

Operação concebida especificamente para aliviar o sofrimento humano, decorrente de desastres, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, bem como para prestar assistência cívico-social. Destina-se a complementar, com a utilização de meios militares, o esforço de resposta a desastre do governo e de organizações não governamentais. (BRASIL, 2014, p.4)

Foi possível depreender, a partir da metodologia da pesquisa bibliográfica e da investigação em livros, manuais, relatórios, legislação pertinente e periódicos, com base nas operações em pauta, os fundamentos das operações de ajuda humanitária da humanidade, legalidade e esclarecimento da situação. Inferiu-se, ainda, duas formas de manobra: A Força Tarefa Logística e Busca e Salvamento.

No que diz respeito aos fundamentos das operações de ajuda humanitária, de acordo com o Referencial Teórico deste trabalho, pode-se firmar o Fundamento da Humanidade como a manutenção de uma atitude proativa com a aplicação crescente das capacidades e execução de tarefas funcionais visando atender as necessidades e melhorar as condições das pessoas ajudadas. No atendimento deste fundamento, deve-se atentar para as prioridades e a disponibilidade dos meios, buscando atender

primeiramente o que é urgente e vital. A partir daí, conforme novos meios sejam disponibilizados ou liberados de tarefas realizadas buscar atender necessidades menos urgentes e essenciais. Tal procedimento ficou contextualizado nas ações da FT Log Hum-RR no melhoramento e ampliação de abrigos e disponibilização de serviços de saúde.

O fundamento da humanidade tem ligação intrínseca com a dignidade humana. Deve-se ter o entendimento e a capacidade de visualizar que o ser humano não tem apenas necessidades objetivas, tais como segurança e alimentação, mas também de ser reconhecido como indivíduo e legitimado em seus anseios e demandas básicas.

Emerge, ainda, do estudo das Operações Acolhida e Petrópolis, o Fundamento da Legalidade. Tal fundamento se constitui da observância de legislação específica para o emprego da força militar dentro do território nacional. Tal preceito foi observado em ambos os casos estudados, seja com o reconhecimento do estado de vulnerabilidade dos migrantes venezuelanos no caso da operação Acolhida, o que foi efetuado por meio de diretriz presidencial ou, no caso da operação Petrópolis, com a decisão ministerial de emprego do componente militar na ajuda às pessoas sinistradas pelas chuvas ocorridas na região, o que se deu por meio de portaria do Ministério da Defesa. Outro fato importante a ser observado é que em ambos os casos, a medida legal inicial seguiu-se de diversos outros diplomas portarias e diretrizes regulando o emprego da Força e mostra-se de grande importância para o sucesso imediato e repercussão positiva das operações.

O terceiro fundamento prospectado deste trabalho é o fundamento do esclarecimento da situação. Este fundamento foi a base para o emprego do Destacamento de Resposta Imediata (DRI) e o levantamento do máximo de informações sobre as circunstâncias que exigem o emprego da força na operação. Com tais informações, é possível estipular as tarefas funcionais iniciais a serem executadas e assim dimensionar a força necessária, dotando-a das capacidades exigidas que estejam disponíveis, potencializando as características dos elementos de emprego da Força conforme definido no manual de campanha do Exército Brasileiro - EB20-MF-10.102 Doutrina Militar Terrestre que estabelece tais

características, a saber: Flexibilidade, Adaptabilidade, Modularidade, Elasticidade e Sustentabilidade, que são agrupados sob o acrônimo FAMES.

Observou-se, na Operação Acolhida, como uma Forma de Manobra das Operações de Ajuda Humanitária a Operação de Suporte Logístico Humanitário. Esta se define pelo emprego de estruturas capazes de aplicar as capacidades do Exército Brasileiro que atuem nas tarefas funcionais atinentes à logística. Tais tarefas e atividades estão voltadas para o apoio em pessoal, material, saúde, transporte, gestão financeira e orçamentária e assessoramento jurídico.

Outra forma de manobra, que foi evidenciada na Operação Petrópolis, é a Operação de Busca e Salvamento. Esta é caracterizada pelo extenso emprego das capacidades relacionadas às tarefas funcionais atinentes ao movimento e manobra, como desobstrução reparo de estradas e vias e também às tarefas atinentes à função de combate proteção, especialmente a busca e salvamento.

O atingimento dos objetivos específicos ficou marcado no corpo dos capítulos com o estudo das Operações Acolhida e Petrópolis e, ainda, com constatação de que é viável o emprego do Exército Brasileiro em Operações de Ajuda Humanitária fora do Território Nacional, conforme constatado no capítulo 6.

O estudo em pauta avulta de importância ao levantar conceitos que contribuem para os correntes debates e para o esforço do Exército Brasileiro em criar capacidades que permitam cumprir, de forma eficiente, operações de ajuda humanitária. Considerando capacidade como a conjunção de sete fatores elencados no manual de campanha do Exército Brasileiro EB20-MF-10.102 Doutrina Militar Terrestre e agrupados sob o acrônimo DOAMEPI, a saber: Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura; o trabalho realizado entrega para o fator doutrina a definição e o conceito de 3 (três) fundamentos das operações de ajuda humanitária e 2 (duas) formas de manobra. Cabe ressaltar que tais conceitos podem e devem ser debatidos por futuros pesquisadores e comissões para a formulação de doutrina para efetivar seu aproveitamento nos manuais da força terrestre.

Deve se ter em vista as limitações deste trabalho que residem principalmente no fato de ser um assunto relativamente recente como objeto de estudo, não existindo, por esse motivo, vasta bibliografia a esse respeito. Outra limitação advém do fato de se tratar de trabalho de pesquisa realizado de maneira concomitante com os estudos curriculares do pesquisador, não havendo disponibilidade exclusiva, o que é coerente com a profundidade que se espera de um trabalho de conclusão de curso.

Isto posto, sugere-se, para futuros estudos que o tema seja aprofundado. Para isso existe campo para discussão não somente sobre o aproveitamento dos conceitos advindo desta pesquisa, mas também sobre outros fundamentos e formas de manobras. É importante que sejam estudadas outras operações originadas por diferentes situações de catástrofe ou emergência humanitária. O estudo das ações de ajuda humanitária, executadas pelo Exército Brasileiro, originadas pelos arrebentamentos de barragens de Mariana em 2015 e Brumadinho em 2019, o derramamento de óleo na costa do nordeste do Brasil ocorrida em 2020, as enchentes no Vale do Itajaí e o combate aos focos de incêndio na Amazônia podem trazer novos conceitos para a doutrina militar terrestre.

Por fim, o trabalho em pauta, contribui para construção de capacidade do Exército Brasileiro para Operações de Ajuda Humanitária ao entregar produtos objetivos, conceitos, fundamentos e formas de manobra, constituintes da doutrina como fator determinante de capacidade da Força. Desta forma, contribui para a Sociedade Brasileira que poderá contar com as capacidades do Estado para mitigar os sofrimentos advindos de tragédias e emergências humanitárias.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. M. DE; SIMÕES, G. DA F.; FRANCHI, T. Entrevista com Coordenador Operacional da Operação Acolhida General de Divisão Antônio Manoel de Barros. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 16, n. 55, p. 173-186, 30 dez. 2021.

BRASIL. Assessoria de Comunicação do Ministério da Cidadania. **Operação Acolhida ultrapassa 78 mil venezuelanos interiorizados no Brasil. Em 2022**. Disponível em:< <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/operacao-acolhida-ultrapassa-78-mil-venezuelanos-interiorizados-no-brasil> >. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Diretriz de Implantação do Subprojeto Força Humanitária**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL, Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. Manual de Campanha – **Lista de Tarefas Funcionais** – EB70-MC-10.341. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. Manual de Campanha **Operações- EB70-MC10.223**. 1. ed. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. Manual de Campanha – **Operações Interagências** – EB70-MC-10.248. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. Manual de Fundamentos - **Doutrina Militar Terrestre - EB20-MF-10.102**. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **Nota de Coordenação Doutrinária Nr 01/2014 - Operações de Ajuda Humanitária**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas - MD35-G-01**, 5ª Edição. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Instruções para Emprego das Forças Armadas em Apoio à Defesa Civil - MD33-I-01**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Lei nº. 12.608, de 10 de abril de 2012**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012a. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL Ministério da Defesa. Manual de **Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas - MD33-M-02**. 3. ed. Brasília, DF, 2008.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD Nº 870**. Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Relatório Operação Acolhida 2019**. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Relatório de Danos Materiais e Prejuízos Decorrentes de Desastres Naturais no Brasil (1995-2019)** Banco Mundial. Global Facility for Disaster Reduction and Recovery. Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. [Organização Rafael Schadeck] – 2. ed. – Florianópolis: FAPEU, 2020.

ESCOLA, Equipe Brasil. "**História da Venezuela**"; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/historia-venezuela.htm>>. Acesso em 21 de setembro de 2022.

E.U.A. Headquarters, Department of the Army. **Multi-Service Techniques for Civil Affairs Support to Foreign Humanitarian Assistance - ATP 3-57.20**. Washington, DC, 15 February 2013.

FRANCHI, Tássio, **Operação Acolhida – A atuação das Forças Armadas Brasileiras no acolhimento aos deslocados venezuelanos**, Military Review, E.U.A., janeiro de 2019.

FUNDAMENTO *In*: DICIO, **Dicionário Online de Português Michaelis**: Melhoramentos, UOL, 2022. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fundamento/>>. Acesso em: 19/09/2022.

GANDRA, Alana. **Sobe para 233 número de mortos pelas chuvas de fevereiro em Petrópolis**. Agência Brasil. 2022. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-03/sobe-para-233-numero-de-mortos-pelas-chuvas-de-fevereiro-em-petropolis>> . Acesso em: 20 de setembro de 2022.